

## SEGURANÇA ALIMENTAR INSEGURA? alguns aspectos da produção de frango

Wanda Griep Hirai<sup>1</sup>

Cinthia Roberta Pereira Barbosa<sup>2</sup>

Jéssica Rafaela Maciel Gomes<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com foco na produção intensiva de frangos. Neste sentido, apresenta uma rápida abordagem dos importantes aspectos da construção da Política Nacional de Segurança Alimentar no Brasil, que preconiza a alimentação como um direito social. Diante da expansão da produção e consumo de frango no Brasil e no mundo, o estudo examina alguns aspectos concernentes aos requisitos da PNSAN procurando relacioná-los à produção intensiva de frangos. O estudo revela que o baixo custo do frango favorece o processo de acumulação capitalista sem levar em consideração as alternativas viáveis de caráter sustentável que respeitem a integridade da saúde do homem, o "bem estar" animal, bem como a preservação do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; produção intensiva de frangos; direito social.

### ABSTACT

This article has as object the National Policy for Food Security and Nutrition (PNSAN) with focus on intensive farming of chickens. In this sense, it presents a quick overview of the important aspects of the construction of the National Food Security in Brazil, which advocates eating as a social right. Given the expansion of production and consumption of chicken in Brazil and worldwide, the study examines some aspects concerning the requirements of PNSAN trying to relate them to the intensive farming of chickens. The study reveals that the low cost of chicken favors the capitalist accumulation process without taking into account the sustainable character of viable alternatives that respect the integrity of human health, the "welfare" animals and the preservation of the environment.

**Keywords:** National Policy on Food Security and Nutrition; intensive farming of chickens; social right.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). [wanda.hirai@gmail.com](mailto:wanda.hirai@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). [cinthiarpb@hotmail.com](mailto:cinthiarpb@hotmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). [maciel.sso@hotmail.com](mailto:maciel.sso@hotmail.com)

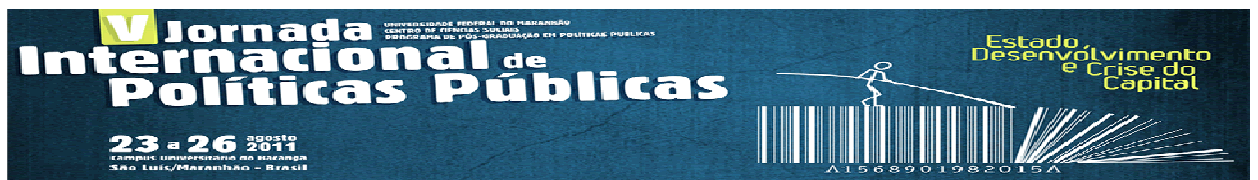


## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), tendo em vista seus quatro eixos fundamentais: econômico, social, cultural e ambiental, enfocando a produção de frango no Brasil e no mundo. Observa-se que a propriedade rural familiar, desde meados do século XX, vem se extinguindo, devido à criação das fazendas corporativas, onde se produz a maior parte dos ovos, leite e carne que consumimos. Essas corporações agrícolas começaram a modificar a agricultura familiar sustentável a fim de maximizar seus lucros a um custo enorme, não somente para os seres humanos, mas também para os animais, ficando esse processo conhecido como Agricultura Industrial. Nesse tipo de produção os animais são armazenados o mais perto possível um do outro, a maioria nunca vê a luz do dia, muitos não conseguem nem mover-se, gerando um ambiente inadequado para o desenvolvimento destes. Além disso, para evitar prejuízo financeiro ocorre o uso indiscriminado de antibióticos, com objetivo de mantê-los vivos e combater a reprodução de germes resistentes que podem causar doenças ao homem. Pretendemos demonstrar que se a produção de frangos continuar nesse ritmo, além da diminuição acelerada das pequenas propriedades familiares rurais, crescerá a tendência para o descaso com a ética na produção de consumo deste tipo de alimento, fato que contraria os pressupostos da SAN, em especial no que a qualidade dos alimentos consumidos pela população.

## 2. SEGURANÇA ALIMENTAR : a construção de uma política

Atualmente no mundo ocidental o ser humano tem acesso a uma infinita variedade de alimentos produzidos por empresas agro alimentares transnacionais, devido a facilidade de deslocamento desses alimentos de um país ao outro. A industrialização termina por separar o vínculo de conexão entre o alimento e a natureza, provocando o distanciamento do homem com as origens bioculturais dos alimentos. A exemplo disto, aqui no Brasil, temos o surgimento dos hipermercados a partir da década de 1950. Esses hipermercados causaram um forte impacto no



mercado consumidor, representando mais de 50% das compras alimentícias. Os hipermercados apesar de trazerem alimentos em abundância, são cada vez menos identificados, perdendo assim a ligação do alimento ao consumidor, surgindo então questionamentos quanto a procedência e qualidade de tais alimentos. Essa distância posta entre a produção do alimento e o consumidor não atende a Política de Segurança Alimentar no que concerne ao pressuposto cultural.

Ao nos remetermos à temática da Segurança Alimentar, devemos considerar seus aspectos históricos e conceituais, onde verificamos que o direito à alimentação apesar de garantido, através dos avanços na produção de alimentos, não atinge seus objetivos, isso é percebido em virtude da existência de 1 bilhão de pessoas no mundo em condição de insegurança alimentar, de acordo com Belik (2001). Verifica-se que apesar dos avanços em relação ao tema abordado, no âmbito nacional e internacional, os objetivos de implantação da política de segurança alimentar não estão atingindo as expectativas almejadas. Isso nos faz discutir e repensar acerca da construção dessa política e de como ela se configura na sociedade brasileira.

Josué de Castro foi um médico brasileiro que em 1930 contribuiu para o debate sobre a SAN no Brasil e no Mundo. A partir de então o tema da fome adquiriu estatuto político. Em 1960, no Governo de Juscelino Kubitschek, as ações governamentais se restringiam às ações emergenciais e distribuição de alimentos. Em 1976, durante o Governo de Ernesto Geisel, institui-se o INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – vinculado ao Ministério da Saúde, decorrente de várias manifestações da sociedade civil contra a fome. Uma de suas competências compreendia a elaboração do PRONAN – Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. Em 1985, Governo de José Sarney, surgiram as primeiras referências ao conceito de Segurança Alimentar a partir do Ministério da Agricultura (COSTA; PASQUAL, 2006).

Em meados da década de 1980 o tema da alimentação e nutrição ganhou força no cenário nacional. Em 1985 surgiram as primeiras referências ao conceito de Segurança Alimentar no Ministério da Agricultura, sendo elaborada a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar baseada em dois objetivos: atender as necessidades alimentares da população e atingir a auto-suficiência nacional na produção de alimentos. No ano de 1993 o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) divulgou os Mapas da Fome I, II e III, demonstrando a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo em condições de indigência. (COSTA; PASQUAL, 2006).



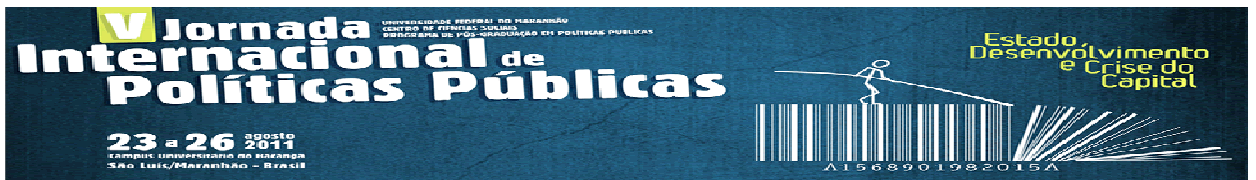
Em 1994, realiza-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o apoio do CONSEA e sob a liderança do sociólogo Herbert de Souza. A partir da primeira conferência se obtém uma declaração política e pela primeira vez no país elabora-se um documento contendo as diretrizes para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2003, com a vitória do presidente Lula o tema da Segurança Alimentar e Nutricional é retomada como uma prioridade do governo federal. Mas, mesmo com todos os recursos naturais disponíveis – em pleno século XXI – o acesso à alimentação continua sendo um problema para milhões de brasileiros. Assim, em 2010, constata-se que 11,2 milhões de brasileiros, aproximadamente, passaram fome no Brasil de acordo com dados do IBGE. Embora, não possamos negar que houve uma redução quanto ao número de brasileiros nesta situação em relação aos dados de 1993.

Em 2004 em Olinda (Pernambuco) ocorre a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A realização da mesma constituiu um marco na mobilização nacional pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. A conferência contou com documento, elaborado por membros do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, composto por dezessete textos de referência situando os principais desafios e debates da Segurança Alimentar e Nutricional no país. Visto isso, o CONSEA elaborou o conceito utilizado no Brasil, onde Segurança Alimentar e Nutricional é definida como:

Direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (CONSEA, 2004 apud HIRAI, 2009, p.79 - 80).

Em 2007, realiza-se a III CNSAN que reafirma o caráter da SAN na concepção de desenvolvimento sócio-econômico. Após anos de intenso trabalho por parte da sociedade civil e segmentos governamentais foi estabelecida a regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), compreendendo a alimentação adequada como direito humano imprescindível à cidadania, obrigando o poder público a informar, monitorar e avaliar a sua efetivação. (PNAD, 2004/2009).



Mais recentemente, em 04 de fevereiro de 2010, por meio da Emenda Constitucional nº64, houve a incorporação da alimentação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal no artigo 6º. Embora esta incorporação legal possa ser considerada uma conquista e um avanço inquestionável, torna-se necessário ficar atento não só para a garantia de acesso ao alimento mas também para a sua qualidade, como veremos a seguir.

### 3. O CUSTO OCULTO DO FRANGO BARATO

Na Alemanha ainda nos anos 1950 a criação de frangos era feita nos fundos de quintais de poucas casas, e não tinha grandes proporções entre a população consumidora de carne. Como as antigas empresas que produziam os frangos não adentraram na produção em grande escala dos frangos, tiveram de surgir empresas especializadas, possibilitando o surgimento das granjas, hoje se tornando um dos principais segmentos da indústria no ramo da agricultura.

Poucas foram as grandes empresas da indústria da carne que adentraram na criação de frangos. A criação de frangos é considerada bastante arriscada, por isso os grandes investidores deixam a produção de frangos a cargo das pequenas empresas agrícolas. Um sistema pequeno de produção se torna imprevisível, desta forma as empresas familiares se inserem numa rede contratual regulamentada por empresas maiores. Esse tipo de sistema é chamado de Frango Global, o mesmo não favorece lucro real aos agricultores. Eles lucram infimamente uma margem de 0,13 à 0,25 euros por animal. O agricultor é inserido dentro da contratação vertical, ou seja, ele é contratado por uma empresa de maior poder econômico, e desta forma acarreta no encolhimento do setor agrícola.

No caso da produção de frangos, a força do capital sobrepõe-se ao ciclo natural do desenvolvimento das aves, transformando-o em um “ciclo produtivo” sem considerar os efeitos danosos sobre a saúde humana. Para que o capital se acumule a extração da mais-valia se objetiva através da integração vertical imposta aos pequenos produtores que se submetem as regras impostas pelas empresas de grande



porte que ditam as regras dos negócios. Esse sistema se caracteriza pelo monopólio das grandes empresas sobre os pequenos produtores de frango.

Segundo Mari e Buntzel (2007), o sistema do 'Frango Global' é baseado no princípio da exclusão. Em que um determinado segmento de mercado se impõe através da efetivação de dois aspectos da sua lógica de produção, ou seja, da rede integrada de produção e da economia de contrato, obtendo o controle total por meio da transformação dos seus aspectos produtivos na lógica determinante, que é seguida por todos.

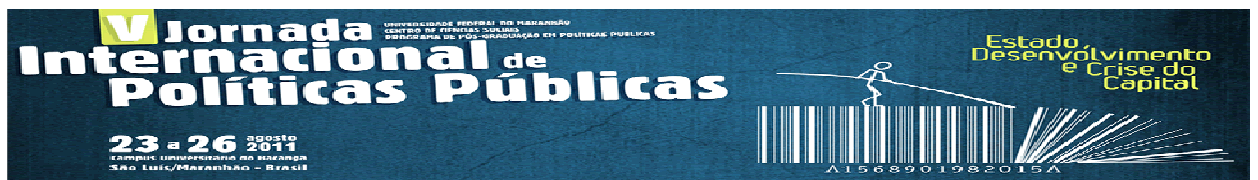
Atualmente o frango é a carne mais acessível no mercado, por isso seu consumo dobrou desde 1970. Em relação aos frangos de corte, os mesmos são criados em galpões enormes, no início da produção não ficam amontoados, porque são pequenos. Mas, à medida que alcançam o peso de mercado, os mesmos não conseguem movimentar-se sem empurrar uns aos outros. Essa aglomeração provoca estresse nas aves. Dados decorrentes deste tipo de produção foram colhidos em cidades americanas para ilustração do presente trabalho.

A *Tyson Food's* é uma empresa multinacional americana que opera no setor da indústria alimentícia. Percebemos em nosso estudo que seus ovos e frangos só são baratos, devido a empresa repassar parte dos seus custos a outras pessoas. Como por exemplo: as pessoas que não podem aproveitar seus quintais, por causa do mau-cheiro e das moscas ou as crianças que não podem nadar nos rios, devido à poluição. Contudo, são esses custos repassados às pessoas que não participam diretamente das relações desse tipo de produção que é denominado pelos economistas de Custos Indiretos.

O dano ao meio ambiente ocorre devido o esterco produzido pelos frangos ser espalhado nos campos. Como a quantidade de esterco é superior a capacidade de absorção da terra, quando chove parte desses nutrientes (nitrogênio e fósforo) são levados aos rios próximos às fazendas industriais. Esses nutrientes em contato com a água dos rios estimulam o aparecimento de algas, que ao se decomporem retiram o oxigênio da água acarretando a morte de peixes e outras espécies aquáticas. (SINGER; MASON, 2007).

O surgimento da gripe asiática, em 2003, tornou-se uma ameaça global. Apesar dos poderosos das granjas industriais tentarem desviar a culpa para os





pequenos produtores, os cientistas enfatizam que o real perigo está na produção intensiva de frangos. O maior perigo corresponde a esse vírus sofrer uma mutação que possibilite a transmissão entre os seres humanos. Especialistas afirmam que se isso ocorrer o número de mortes ultrapassará os 20 milhões da Gripe Espanhola em 1918.

Observa-se, ainda, que a produção intensiva de frangos nem mesmo ajuda a alimentar o mundo, pois reduz a quantidade total de alimentos. Visto que, com o desmatamento das florestas para a produção de grãos que alimentam os animais ocorre a infertilidade do solo para a produção de alimentos para a população. Com isso, seria mais eficiente se consumíssemos a soja, por exemplo, que produzimos ao invés de dá-la aos animais. Pois, a maior parte da soja produzida no Brasil é exportada para a alimentação de animais em países desenvolvidos (SINGER; MASON, 2007).

Portanto, percebe-se que a produção intensiva de frangos não atinge aos requisitos da PNSAN, porque além de não possuir práticas promotoras de saúde, contribui para o desflorestamento e perda de biodiversidade.

#### **4. ASPECTOS ÉTICOS E A INFLUÊNCIA SOBRE O BEM-ESTAR SOCIAL E AMBIENTAL**

As preocupações com a segurança dos alimentos suscitou na procura de elaboração de novos modelos de produção agropecuária e alimentar que atendam aos novos consumidores. Esses novos consumidores apresentam uma nova demanda chamada “consumo consciente”, que apresenta consumidores que querem comprar mercadorias produzidas sob condições de responsabilidade social e que respeitem a preservação do meio ambiente. Entre os novos modelos de produção diferenciados dos modelos convencionais está a Agricultura Orgânica, que ganha impulso no mercado. Aqui no Brasil, segundo o Eng. Agrônomo Iniberto Hamerschmidt, 90% da produção orgânica do Brasil é proveniente da agricultura familiar. Hamerschmidt ainda nos diz que:



A agricultura orgânica certamente será a base futura de uma produção familiar mais racional de alimentos, pois busca a exploração de sistemas agrícolas diversificados, economia no consumo de energia, preservação da biodiversidade, maior densidade de áreas verdes, tudo isto contribuindo para manter a paisagem mais humana (HAMERSCHMIDT, 2003, p.1).

O sistema de produção orgânica traz benefícios para a produção e consumo de aves, porém não se deve esquecer que essa produção deve ser economicamente viável para os produtores e consumidores. É preciso aproveitar o avanço das tecnologias para que essa produção de alimentos orgânicos possua um caráter de valores ambientais, sociais, de segurança nos alimentos, bem-estar animal, transparência e rastreabilidade

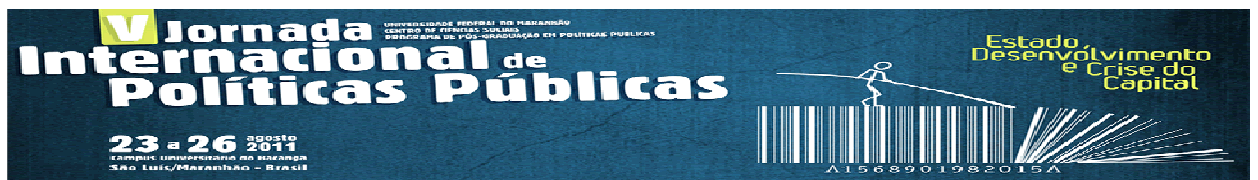
O consumo de alimentos produzidos localmente compreende um movimento crescente, principalmente nos países desenvolvidos. Os defensores desse tipo de “consumo consciente” elencam três razões para tal escolha, além do frescor, sabor e benefícios a saúde, que são: o fortalecimento da economia local, o apoio às propriedades familiares rurais, e a proteção ao meio ambiente.

Um exemplo de Empreendedorismo Sustentável no Brasil pode ser observado a partir do estudo de caso produzido por Carbone, Sato e Moori em 2004, que teve como objetivo apresentar a implementação de uma granja caipira no interior de São Paulo como alternativa para micro e pequenos empresários, bem como uma opção alimentar segura. De acordo com o estudo, a principal diferença entre o frango caipira e o frango convencional foi o tempo de criação, onde o frango caipira corresponde ao dobro do convencional. Contudo, é pertinente salientar que o preço do frango vivo caipira compreende ao dobro do convencional.

Dessa forma, a produção de frango caipira se apresenta viável economicamente, embora sua expansão esteja limitada ao mercado local, devido a não existência de abatedouro para a comercialização do frango para regiões mais distantes. Além desse tipo de produção respeitar os quatro eixos fundamentais da PNSAN, que são: social, econômico, cultural e ambientalmente sustentáveis.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**





Ao traçar as reflexões em torno da Política de Segurança Alimentar, observa-se a crescente procura por alimentos mais seguros, bem como a adoção pela população de escolhas alimentares como uma forma de ação política, visto que as opções alimentares estão relacionadas a fatores pessoais, sociais, culturais e econômicos. Nota-se que, os alimentos orgânicos constituem a seção que mais se desenvolve na indústria alimentícia.

Ao analisarmos criticamente a produção intensiva de frango demonstrada ao longo do trabalho, que sob o império da lógica capitalista é marcada pela brutal desigualdade social, na qual o acesso à alimentação é dificultado pela concentração dos meios de produção, observaremos que não importa o quão eficiente seja a mesma, criar animais à base de grãos permanece sendo um desperdício. Porque, longe de aumentar a quantidade total de alimentos disponível para o consumo humano, o alimento está de fato sendo reduzido. Portanto, seria mais eficiente utilizar as plantações para produzir alimentos para os seres humanos. Além dessa produção ferir, normalmente, os quatro eixos da PNSAN, seja com o desrespeito ao meio ambiente, aos funcionários, aos terceirizados, aos moradores próximos às fábricas, como também a desestruturação da agricultura familiar e produção de produtos produzidos localmente.

Ainda, essa produção intensiva se desenvolve por meio da transferência dos custos indiretos, desse modo o preço do alimento não reflete os custos totais de sua produção. O alimento só é barato, porque outras pessoas estão pagando parte do seu custo. Esse tipo de produção é regida por métodos cruéis, onde os possíveis argumentos em defesa das granjas industriais derivam daqueles que baseiam a ética em um tipo de contrato. De acordo com o presente estudo concluímos, ainda, que a mesma representa uma forma de produção de alimentação ambientalmente não sustentável, uma vez que reduz a qualidade de vida das futuras gerações.

Por fim, devido os assistentes sociais interferirem cotidianamente nas relações sociais, a atenção às demandas geradas pelo não acesso ao alimento corresponde a uma especialidade do Serviço Social, cuja intervenção ocorre nas mais variadas expressões da questão social. Nesse sentido, os assistentes sociais podem contribuir para socializar o conhecimento sobre a qualidade dos alimentos consumidos, visto que, não é apenas o acesso aos alimentos que garante a segurança alimentar e sim a qualidade dos mesmos, como demonstramos neste trabalho.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar** Disponível em:  
<http://www.planetaorganico.com.br/Iniberto.htm>, Acesso em: 25-de janeiro de 2011.

BELIK, W; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade - São Paulo, vol. 15, n. 4, 2001, p. 119-129

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Segurança Alimentar**. 2004/2009. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CARBONE, G. T.; SATO, G. S.; MOORI, R. G.. **Cadeia produtiva de frango caipira no interior do Estado de São Paulo: uma alternativa de microempresa de agronegócio**. In: XLII congresso brasileiro de economia e sociologia rural, 2004, Cuiabá. Anais do XLII congresso brasileiro de economia e sociologia rural. Brasília: SOBER, 2004.

COSTA, C; PASQUAL, M. **Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. In: Garcés, M.; Giraldez, S.; Goldar, M. R.; Albuquerque, M. C.; Riquelme, Q.; Buroni, T. Democracia Y Ciudadanía En El Mercosur. LOM Ediciones/Programa MERCOSUR Social y Solidário. Santiago, 2006.

HIRAI, W. **Segurança Alimentar em tempos de (In) Sustentabilidade produzidas**. 2009. 163f. Tese pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. 2009.

MARI, Francisco; BUNTZEL, Rudolf. **Das Globale Huhn**. Frankfurt: Brades e Aspel. 2007. Traduzido de: Irene Diestchi.

SINGER, Paul. MASON, Jim. **Ética da Alimentação**. Editora da UFSC. 2008.